



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

ILA MARQUES MARINHO

**RELIGIÃO E POLÍTICA: A INFLUÊNCIA DA
RELIGIÃO NO COMPORTAMENTO
ELEITORAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO

Brasília,
Outubro de 2015

ILA MARQUES MARINHO

RELIGIÃO E POLÍTICA: A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO COMPORTAMENTO ELEITORAL

Trabalho de Conclusão de Curso produzido para a graduação em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política, IPOL, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Cientista Político.

Orientador: Lúcio Rennó

Brasília,
Outubro de 2015

Ila Marques Marinho

RELIGIÃO E POLÍTICA: A INFLUÊNCIA DAS CRENÇAS INDIVIDUAIS NO PROCESSO ELEITORAL DE ESCOLHA DE DEPUTADOS FEDERAIS E PRESIDENTES DA REPÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso produzido para a graduação em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política, IPOL, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Cientista Político.

Trabalho aprovado. Brasília, DATA DA APROVAÇÃO:

Lúcio Rennó

Orientador

Mathieu Turgeon

Avaliador

Brasília,
Outubro de 2015

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	8
2.1 Simone Bohn	11
2.2 Amy Erica Smith e Taylor Boas.....	16
2.3 Barry Ames e Lúcio Rennó.....	20
3. METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS	25
4. CONCLUSÃO	43
5. BIBLIOGRAFIA	46

1. Introdução

A humanidade aprendeu a se organizar em civilizações quando existiam ainda poucos seres humanos que povoavam o nosso planeta, mas desde o seu princípio o homem vive coletivamente, desenvolvendo-se em sociedades e comunidades que tornaram-se mais e mais complexas com o passar dos séculos. A história do mundo nos mostra que em todo o tempo o ser humano buscou viver em conjunto, e existem diversos autores e escritores das mais variadas áreas do conhecimento, como por exemplo o filósofo grego Aristóteles do século IV a.C., que afirmam que o homem, em sua natureza mais pura, tem a necessidade primária de viver com outros indivíduos, em uma sociedade. De acordo com o filósofo, o ser humano é um animal social, ou seja político uma vez que a palavra “política” é derivada do grego *pólis*, pois é incapaz de viver isoladamente e só se torna plenamente realizado quando inserido na sociedade (ARISTÓTELES, Política, I, 1252a e 1252b, 13-4).

Para que a vivência em sociedade seja possível os homens foram, aos poucos, aprendendo também a dividir-se em “áreas” dentro da coletividade de forma que cada um possa contribuir de alguma maneira, de acordo com seus talentos, habilidades e interesses, para o bom funcionamento do todo, e permitindo também que as civilizações se desenvolvam e cresçam. Assim, foram surgindo várias esferas de ação e conhecimento, com repercussões a nível privado e público, como por exemplo o comércio, a literatura, a construção civil, a religião e a política. Essas duas últimas e a relação entre ambas será o objeto de estudo desse trabalho, mais especificamente qual a influência que a primeira exerce no processo eleitoral interno de cada indivíduo no que concerne à escolha de presidente da República, para eleitores residentes no Distrito Federal, no Brasil.

As esferas da política e da religião desenvolveram-se de maneira bastante interligada ao longo dos séculos, tornando-se inclusive híbridas em alguns momentos da história e em certas sociedades. Olhando brevemente para a história da humanidade e para a cronologia das civilizações, e analisando-as superficialmente vemos que durante muito tempo os homens exerceram a política sob fortíssima influência das religiões e de ideários religiosos, e que ainda hoje em algumas sociedades específicas podemos encontrar governos que funcionam sob a influência e talvez até liderança religiosa. Porém, a separação teórica que a maior parte das sociedades ocidentais vivencia nos dias de hoje

pode ser atribuída principalmente às consequências sociais que a Reforma Protestante acarretou.

A Reforma Protestante foi um movimento cristão que propunha reestruturar a maneira com que a Igreja Católica tinha direcionado a doutrina cristã até então. Entretanto, o efeito que esse movimento reformista causou foi muito além da esfera eclesiástica e doutrinária, pois atingiu diversas outras áreas da sociedade da época, sendo uma das principais a política. A Reforma foi um grande marco histórico, político e social de mudança do pensamento do homem moderno e ocidental, promovendo a ruptura da cristandade entre católicos e protestantes, além de remodelar diversas sociedades a partir de suas propostas. Esse novo contexto permitiu que os países ocidentais construíssem, a partir desse momento, governos seculares e centralizados, verdadeiramente fortes e independentes da autoridade clerical.

Apesar desse processo de ruptura, atualmente pode-se perceber que a religião influencia – de alguma maneira – o comportamento eleitoral de cada indivíduo, principalmente quando vemos tantas candidaturas políticas que agregam declarações de fé como estratégias de mobilização de votos. Dessa forma, para possibilitar o estudo proposto aqui, foi selecionada como amostra probabilística a população votante do Distrito Federal e o recorte temporal será as eleições presidenciais de 2014. Assim, a hipótese central a ser testada nessa pesquisa é a de que a filiação religiosa de cada eleitor influencia o comportamento eleitoral dos indivíduos, especificamente no contexto de pleito eleitoral presidencial. A intenção primordial que impulsionou o surgimento dessa hipótese foi investigar qual a verdadeira influência que a religião exerce no cidadão brasileiro no momento em que ele decide seus candidatos para uma eleição. A eleição do pastor Malafaia para o cargo de deputado e também a declaração de fé que a ex-candidata à presidência Marina Silva, além da polêmica provocada por este acontecimento durante o período eleitoral de 2014 são bons exemplos de que a interação entre religião e política tem sido uma questão cada vez mais recorrente e relevante no contexto brasileiro. Além disso, o surgimento e fortalecimento cada mais vez maior da bancada evangélica de parlamentares dentro do Congresso Nacional desperta uma necessidade de estudar e analisar esse fenômeno na política brasileira.

Destarte, daremos continuidade a este trabalho prosseguindo na seguinte lógica: após essa breve introdução ao assunto que será tratado, passaremos por uma revisão

bibliográfica de artigos, capítulos, livros, etc. que trabalham com essa mesma temática, e que de certa maneira se demonstraram verdadeiramente relevantes para a construção desse projeto de pesquisa. Em seguida, será apresentada de maneira detalhada e sistemática a metodologia do projeto de pesquisa, para ser complementada imediatamente pelos resultados atingidos através de uma minuciosa análise de dados; e finalmente, encerrando a discussão aqui proposta, as conclusões extraídas da pesquisa como um todo, finalizando com a verificação da hipótese.

2. Revisão Bibliográfica

No estudo da política, a relação existente entre esta e a religião tem sido abordada ao longo dos anos por diferentes autores, estudiosos, estadistas, etc., devido aos seus desenvolvimentos e trajetórias historicamente paralelas – questão previamente apresentada de maneira breve e introdutória na primeira parte desse trabalho. O comportamento político, e mais especificamente o comportamento eleitoral, é determinado por inúmeras variáveis que podem exercer sua influência a partir de um ambiente externo que condiciona ou orienta tal expressão comportamental, e também por preferências individuais que possuem atuação direta sobre as escolhas de um indivíduo (MILLER; NIEMI; 2002).

No campo de estudo que trabalha com comportamento político e eleitoral, os autores William L. Miller e Richard G. Niemi, grandes referências nesta determinada área, afirmam em seu capítulo “*Voting, Choice, Conditioning and Constraint*” incluído no livro *Comparing Democracies 2* que a escolha eleitoral, ou seja, o comportamento político e eleitoral de um indivíduo, é uma decisão individual (parece óbvio declarar isto em um contexto democrático, porém essa é uma característica evidente e indiscutível apenas em situações políticas e até mesmo sociais não-coercitivas e não-impositivas) e que depende principalmente das características dos próprios eleitores e dos contextos nos quais estão inseridos. Dentre os elementos que constroem a predisposição comportamental política de um indivíduo estão interesses econômicos, étnicos, culturais, de gênero, religiosos, entre outros; clivagens sociais; valores e ideologias; direcionamentos midiáticos; etc.

Sendo assim, partindo desse ponto de vista apresentado por Miller e Niemi de que o comportamento político e eleitoral dos indivíduos inseridos em uma sociedade convencional moderna e atual é determinado não só por elementos e influências externos ao próprio indivíduo, como também por suas preferências pessoais sejam elas construídas ao longo de sua vida ou inatas à personalidade de cada um (e, para todo os efeitos, não serve ao objetivo desta pesquisa trazermos à tona a discussão a respeito de como ocorre a constituição das preferências e gostos individuais), podemos a partir de e por causa dessa concepção depreender que as crenças e escolhas religiosas contribuem significativamente para explicar o comportamento político e eleitoral das pessoas. Essa é

a hipótese a ser testada ao decorrer desta pesquisa, de que a orientação individual religiosa possui impacto considerável nas escolhas políticas de um indivíduo, especialmente quanto às escolhas eleitorais no momento determinante de votação.

O primeiro autor que gostaria de trazer para a discussão é a cientista política brasileira contemporânea que atua como professora no Departamento de Ciência Política da Universidade de York no Canadá, Simone Bohn. A cientista política tem construído suas pesquisas em torno de assuntos como política latino-americana, economia política latino-americana, política comparada, comportamento eleitoral, entre outros, e seu nome tem recebido bastante atenção da esfera acadêmica devido à relevância de seus trabalhos publicados. Acerca do assunto abordado nessa dissertação, Simone Bohn possui vários artigos e textos divulgados dos quais será utilizado: “Religião e Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras (2002-2010)”, incluído como o capítulo 6 do livro “*O Voto Para Presidente no Brasil*” de Robert Bonifácio, Gabriel Casalecchi e Cleber de Deus, escrito em colaboração com diversos outros autores em 2014.

O segundo autor relevante para o debate sobre religião e voto é Amy Erica Smith, professora de ciência política na Iowa State University, nos Estados Unidos. Assim como Simone Bohn, Smith tem focado suas pesquisas e estudos primariamente na América Latina, porém o eixo principal de seu trabalho é investigar o comportamento eleitoral dos cidadãos, bem como as razões para tal, afim de compreender os traços políticos que determinam seu comportamento e sustentam a democracia em que vivem. Amy Erica tem buscado estudar, sobretudo, os papéis desempenhados nessa questão por instituições religiosas e “acordos” informais estabelecidos entre os próprios cidadãos e entre classes sociais, além do processo de decisão dos indivíduos a respeito de votos e busca de representatividade no governo. Dessa forma, seu trabalho tem se mostrado importantíssimo para dialogar com a questão proposta nessa pesquisa, e devido a isso seu artigo “*Religion and The Latin American Voter*” em parceria com Taylor Boas, incluído como capítulo 4 do livro “*The Latin American Voter*” de Ryan E. Carlin, Matthew M. Singer, and Elizabeth J. Zechmeister será utilizado aqui.

Por fim, os dois últimos autores que serão incorporados à discussão bibliográfica serão o americano Barry Ames professor da University of Pittsburgh, nos Estados Unidos, e o brasileiro Lucio Rennó professor da Universidade de Brasília. Juntos, os dois cientistas políticos produziram o artigo “PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010”, que analisa os padrões e as variáveis

eleitorais das eleições presidenciais de 2010, no Brasil. Ambos os cientistas políticos, assim como Bohn e Smith, tem suas pesquisas pautadas primordialmente no estudo político da América Latina; comportamento eleitoral; sistemas eleitorais e governamentais; e política comparada. Assim, estabelecida a base bibliográfica para fundamentar este trabalho, seguiremos com a revisão.

2.1. Simone Bohn – “Religião e Voto nas Eleições Presidenciais (2002 - 2010)”

Simone Bohn inicia seu texto trazendo os elementos que, em sua percepção, são determinantes para que a religião influencie diretamente o comportamento eleitoral dos indivíduos, estruturando seu voto em eleições políticas. De acordo com ela, o elemento principal de determinação dessa questão é “a presença e o comportamento de líderes políticos individuais que continuamente mobilizam sua identidade religiosa” (2014, pp. 157), ou seja, eleitores são impactados por líderes políticos confessionais a um comportamento eleitoral voltado para sua identidade religiosa. Dessa forma, o instrumento mais forte de influência religiosa na política é a mobilização de atores relevantes que direcionem seu eleitorado.

Apesar disso, Bohn afirma que essa relação entre religião e comportamento eleitoral pode se manifestar no contexto político-social de três maneiras distintas: a existência na sociedade de partidos políticos confessionais expressivos; uso de identidade religiosa como estruturação de orientação partidárias – “arma política” no sistema político e na competição eleitoral, muito utilizada nos Estados Unidos) – e por último; a mobilização dos votantes por líderes políticas através de suas filiações religiosas individuais. Conjuntamente, esses elementos verificam que a natureza da correlação entre religião e voto é resultado em parte do próprio sistema partidário e de como este reflete a composição religiosa da sociedade, e em parte das estratégias políticas e partidárias de mobilização eleitoral.

Através de pesquisas e análises de dados, Bohn percebeu que sistemas multipartidários são mais propícios ao surgimento de partidos religiosos confessionais do que sistemas bipartidários, pois em sociedades multipartidárias existe mais espaço para a diversidade social se refletir no contexto político. O Brasil é um desses países, apesar de atualmente não existirem partidos confessionais realmente expressivos, apenas parlamentares confessando individualmente suas crenças pessoais dentro do âmbito do governo. A expressividade religiosa dentro desse contexto tem aumentado de maneira considerável concomitantemente com o crescimento das denominações cristãs evangélicas – especialmente pentecostais e neopentecostais – porém, apesar desse

crescimento, não existe também no contexto político brasileiro uniformidade de representação entre os protestantes, mesmo atualmente com a formação e proeminência da bancada evangélica no Congresso Nacional. Nem todas as igrejas denominadas evangélicas se interessam em mobilizar as preferências partidárias de seus fiéis, ou não tem sucesso em suas tentativas, e menos ainda nem todos os cidadãos que se declaram protestantes evangélicos se sentem representados por tal bancada e não possuem um partido específico com o qual podem se identificar ideologicamente e politicamente.

Ainda através de pesquisa e análise de dados, especificamente dos seguintes bancos: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e de 2006, e Latin American Public Opinion Project (LAPOP) de 2010, Simone Bohn pôde estudar os pleitos presidenciais brasileiros dos anos 2002, 2006 e 2010, procurando identificar padrões no comportamento eleitoral das maiorias religiosas (evangélicos; protestantes tradicionais e católicos), reconstruindo os contextos das eleições de cada um desses anos, a autora apresenta os dados analisados e oferece suas análises. Em 2002, os candidatos principais à Presidência da República eram Lula, pelo Partido dos Trabalhadores (PT); José Serra, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e Anthony Garotinho, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo que apenas um deles – Garotinho – escolheu declarar sua religião, auto identificando-se como evangélico. Neste ano eleitoral, ocorreu o que Bohn chamou de “fenômeno Garotinho” (2014, pp. 175) marcado pela concentração de votos de eleitores autodenominados evangélicos e protestantes no candidato Anthony Garotinho, devido essencialmente à sua declaração de fé e uso desta característica como estratégia política de mobilização de votos. Assim, Simone Bohn percebe que em 2002 a questão da identificação religiosa individual cumpriu um papel primordial para a estruturação do comportamento eleitoral de evangélicos e protestantes, porém tal particularidade não se repetiu em indivíduos de outras denominações religiosas, o que significa que a variável religião não teve impacto substancial no padrão de voto de eleitores que se identificam como espíritas, umbandistas, candomblecistas, ou até mesmo católicos.

Já nos pleitos presidenciais de 2006, não havia candidato que se auto identificasse como evangélico ou cristão, o que acabou por descaracterizar a mobilização de votos através desse elemento de estruturação de comportamento eleitoral. Os candidatos principais à disputa pela Presidência eram Lula, novamente pelo PT; Geraldo Alckmin, pelo PSDB; Heloísa Helena, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); e Cristóvam

Buarque, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e nenhum desses, ou ainda nenhum dos candidatos menores, utilizaram de sua religião pessoal como estratégia política para arrecadar votos e se identificar com maiorias ou minorias religiosas. Neste ano ainda, a peculiaridade quanto ao comportamento eleitoral associado à auto identificação religiosa que Simone Bohn identificou, foi um padrão nos votos de eleitores espíritas, candomblecistas e umbandistas que se inclinaram perceptivelmente ao candidato Lula, como já haviam evidenciado nas eleições anteriores. Apesar disso, a autora não creditou à esse ano eleitoral relevância quanto ao papel da filiação religiosa na padronização do comportamento eleitoral, visto que seus resultados não se apresentaram estatisticamente significativos.

O ano de 2010 foi marcado por uma situação bastante peculiar quanto aos seus candidatos, começando por Dilma Rousseff pelo PT, que assumiu praticamente uma identidade de sucessora do então presidente Lula, procurando assemelhar-se em tudo quanto possível ao presidente. A estratégia do partido neste ano em questão foi lançar uma candidata que representasse a continuação de um líder que, constitucionalmente, não podia mais se eleger, assim sendo Dilma veio como a legatária de Lula e consequentemente conseguiu mobilizar quase que a totalidade dos eleitores de seu antecessor. Seus principais concorrentes à disputa pela Presidência eram o já conhecido José Serra, candidato novamente pelo PSDB; e a estreante na corrida presidencial, Marina Silva, pelo Partido Verde (PV). A questão mais sui generis desse arranjo político eleitoral foi o fato de que Marina Silva se autodeclarou evangélica, membro assíduo da pentecostal Assembleia de Deus, porém se absteve de utilizar sua filiação religiosa como estratégia política para mobilizar votos a seu favor, pelo contrário, a candidata procurou focar sua campanha e suas propostas de governo em sua militância em prol de causas ambientais – o foco principal de seu então partido, o PV – além de trazer para o debate político questões comumente temidas e ignoradas pelos políticos mais conservadores, e muitas vezes religiosos, como por exemplo o debate sobre a legalização do aborto e a união civil entre duas pessoas do mesmo sexo. Assim, Marina Silva fez questão de salientar sua falta de interesse em agregar suas crenças individuais à sua estratégia de campanha, declarando esse posicionamento abertamente à imprensa e, consequentemente, perdendo o apoio de lideranças e instituições religiosas que poderiam manifestar sua aprovação pela candidata, o que direcionaria centenas de votos a seu favor.

Portanto, apesar da configuração política no ano eleitoral de 2010 repetir, em partes, a configuração de 2002 na qual havia: um candidato pelo PT com propostas bastante específicas, o mesmo candidato pelo PSDB, e um terceiro candidato que abriu sua filiação religiosa durante a campanha presidencial, a eleição de 2010 foi incapaz de repetir o fenômeno Garotinho e, talvez por isso, também não tenha apresentado resultados positivos quanto ao papel da religião individual dos eleitores no processo de escolha de candidatos à eleição. Esse episódio indicou, entre outras coisas, que “a mobilização dos fiéis pelos seus pastores constitui-se num elemento central na tradução da identidade evangélica em apoio a determinada candidatura” (BOHN, 2014, pp. 176).

Além disso, ao analisar os três anos eleitorais em conjunto, Simone Bohn engendra algumas conclusões. Em primeiro lugar, Bohn aponta para a ineficácia apenas existir um candidato evangélico no pleito presidencial, para exercer um papel relevante na estruturação do voto e na determinação do comportamento eleitoral, é necessário que esse político saiba como constantemente mobilizar tanto os eleitores que se identificam com sua auto identificação religiosa durante sua campanha, quanto lideranças religiosas capazes de influenciar e direcionar votos. Segundamente, ainda que existe na disputa eleitoral um candidato que se identifique como evangélico e seja capaz de mobilizar eleitores e lideranças, a religião evangélica em si não é suficiente para estruturar os votos para todos os candidatos, e muito menos para todos os eleitores. Por último, apesar de todas as religiões apresentarem uma tendência estruturadora como a evangélica, Bohn percebe um padrão eleitoral entre espíritas e praticantes das religiões afro-brasileiras que ainda não foi estudado adequadamente, e a autora identifica que este seja um assunto que necessita ser mais explorado.

Para concluir, Simone Bohn defende que a filiação religiosa, apesar de possuir o potencial para tanto, ainda não exerce um papel determinante na estruturação do comportamento eleitoral no Brasil. Não obstante, líderes políticos “são o principal agente responsável por transformar a filiação religiosa em um elemento estruturador do voto nas eleições presidenciais” (BOHN, 2014, pp. 178), isso significa que assim que se constituírem partidos confessionais expressivos no país, esse potencial se transformará em atuação real. Enquanto isso não ocorre, candidatos podem continuar a concentrar suas estratégias em intensificar o debate ao redor de assuntos religiosamente polêmicos, como já foi citado por exemplo a legalização do aborto e a união civil entre duas pessoas do mesmo sexo. Na ausência de candidatos que reproduzam a tática de Garotinho em 2002,

e também de partidos confessionais significativos, essa abordagem pode ser a maneira mais palpável de mobilizar votos de eleitores orientados pela filiação religiosa. Apesar de todas essas conclusões, Bohn finaliza expondo as várias questões que ainda necessitam de resposta desse campo de pesquisa e que podem, com certeza, influenciar no papel final da religião sobre o voto em eleições presidenciais.

2.2. Amy Erica Smith e Taylor Boas – “Religion and The Latin American Voter”

O texto de Amy Erica Smith e Taylor Boas é introduzido com uma afirmação que acredito ser não só importantíssima, como também essencial para o desenvolvimento desta pesquisa: “a religião é profundamente e inerentemente política” (BOAS, SMITH, 2015, pp. 1). Sem esta convicção, não há objetivo em relacionar religião e política, e muito menos investigar qual a influência que uma exerce sobre a outra. De acordo com os autores, isso exige dizer também que o secularismo adotado pelos governos contemporâneos é uma resposta, talvez defensiva, à “invasão” da religião na esfera pública, uma vez que a religião é – dentre várias outras coisas – uma forte identidade social e estimula o desenvolvimento político dentro e fora de seu próprio contexto.

Ressaltando a relevância das clivagens religiosas cada vez mais atuais, Smith e Boas afirmam alguns fatos já compreendidos: em primeiro lugar, indivíduos que não possuem nenhum tipo de filiação religiosa tendem a votar mais em candidatos e partidos de esquerda, enquanto indivíduos católicos e protestantes geralmente votam mais em candidatos e partidos de direita. Em segundo lugar, evangélicos protestantes são mais propensos a votar em candidatos declaradamente evangélicos, e além disso estão dispostos a votar em candidatos “seculares” apenas para não votar em católicos, caso se encontrem nessa situação eleitoral. Essas observações são valiosas para evidenciar o papel determinante que a identidade social das pessoas exerce em seus comportamentos políticos e eleitorais, visto que a identificação do eleitor com o candidato é algo extremamente decisivo no processo de escolha eleitoral, pois eleitores desejam pessoas com as quais se identificam ao representando no governo.

Mais adiante, os autores trazem as porcentagens de católicos, protestantes históricos e evangélicos na América Latina para ilustrar a alteração que o cenário religioso vem sofrendo ao longo das últimas décadas. De acordo com os dados utilizados no artigo, ainda a grande maioria dos cidadãos se identificam como católicos, os protestantes e evangélicos tem ganhado cada vez mais espaço nessa região, totalizando cerca de 8% de protestantes históricos e 10% de evangélicos/pentecostais em todo o território da América Latina.

O crescimento considerável do protestantismo se reflete também dentro do contexto político, e isso pode ser visto através da intensidade com a qual cada vez mais adeptos dessa denominação tem se envolvido no exercício da política, especialmente no Brasil com a formação da bancada evangélica dentro do Congresso Nacional. Amy Erica Smith e Taylor Boas levantam ainda a importância da prática da religião, que influencia o comportamento dos indivíduos tanto quanto a sua auto identificação. De acordo com eles, na América Latina 42% dos católicos afirmam que frequentam suas igrejas pelo menos aos finais de semana, contra 69% de protestantes históricos e 75% de evangélicos pentecostais.

A filiação religiosa aponta também para uma tendência eleitoral ideológica que ressalta ainda mais a clivagem entre religiosos e não-religiosos. De acordo com pesquisas já realizadas – aqui os autores citam Hagopian, Seligson, Moreno, Camp, Patterson, entre outros – a instituição da Igreja Católica tem cada vez mais se afastado de ideologias políticas, procurando manifestar um posicionamento neutro. Entretanto, católicos e cristãos não católicos (predominantemente protestantes) se expressam majoritariamente de maneira mais conservadora e tendem a posicionar-se mais à direita no espectro político, principalmente em relação a *issues* da agenda atual como por exemplo aborto e união civil entre pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, o secularismo, ateísmo, agnosticismo, e etc. normalmente se expressam mais à esquerda ideologicamente e de forma menos conservadora. Porém, especialmente no caso do Brasil, os autores afirmam que os grupos religiosos, especificamente os evangélicos, não tem apresentado um direcionamento ideológico específico na hora de votar, mas em compensação favorecem candidatos que compartilham de sua identidade religiosa (“irmãos votam em irmãos”), independente de sua orientação ideológica.

Em relação aos hábitos e práticas religiosas e como influenciam o comportamento eleitoral, Smith e Boas afirmam que indivíduos que frequentam com maior regularidade as igrejas, evangélicas ou católicas, estão mais sujeitos a informações e opiniões políticas de seus líderes religiosos e de sua congregação. Ao citar Simone Bohn (2004), os autores trazem a referência de que os brasileiros evangélicos foram o grupo que mais mencionou a igreja como a fonte mais importante para direcionamentos e informações eleitorais, assim como foram também o grupo que mais reconheceu utilizar sua religião como um critério determinante para escolher candidatos, partidos e também para votar.

A partir de suas próprias pesquisas e detalhados bancos de dados, Amy Erica Smith e Taylor Boas chegam a alguns resultados pertinentes para este debate. Em primeiro lugar, os autores constatarem que em todos os 18 países da América Latina, indivíduos que frequentam igrejas e congregações são mais propensos a votarem ideologicamente à direita, sendo que protestantes e católicos não se diferenciam neste aspecto, enquanto aqueles sem religião são mais inclinados a um comportamento eleitoral ideologicamente à esquerda. Em seguida, ao levar em consideração elementos como o sistema partidário do país, perceberam que apesar de perspectivas religiosas certamente influenciarem os eleitores, esses efeitos só são expressos nos pleitos caso as características do sistema partidário assim oportunize. Ou seja, “em sistemas partidários polarizados, onde candidatos claramente se diferenciam no espectro esquerda-direita, o conservadorismo religioso e o esquerdismo secular são mais prováveis de se traduzirem em comportamento eleitoral” (BOAS, SMITH, 2015, pp. 11). Por conseguinte, quanto mais polarizado for o sistema partidário, isto é, quanto mais relevante for a ideologia política para uma sociedade, e conjuntamente quanto mais relevantes forem também os *issues* para a agenda política, mais a clivagem religioso e não-religioso (ou secular) se expressará no momento de votação.

No que tange a identificação dos eleitores com os candidatos, a religião se manifesta mais em direção à esse aspecto do que em direção à ideologia política. Isso significa dizer que, dentro da clivagem religiosos/seculares, a identificação religiosa dos eleitores não necessariamente os direciona a um comportamento esquerdista ou direitista, mas sim a votar em candidatos que compartilhem de sua religião. Sendo assim indivíduos cristãos, sendo católicos ou não, são muito mais propensos a votar em candidatos que também declaram-se cristãos, ao passo que eleitores seculares são mais prováveis a votar em candidatos igualmente seculares. Porém, a clivagem católicos/protestantes e evangélicos também produz alguns efeitos sobre esses grupos de eleitorado. Protestantes e evangélicos se mostram muito mais predispostos do que católicos a votar em candidatos evangélicos, além de também estarem mais tendentes a votar em candidatos seculares em detrimento de candidatos católicos.

Exclusivamente no caso do Brasil onde o sistema partidário é altamente fragmentado, a representação é determinada através de do sistema proporcional de lista aberta e os estados possuem ampla magnitude, os cidadãos detém grande liberdade para votar de acordo com suas preferências pessoais, ao invés de buscarem um comportamento

eleitoral estratégico. Devido a todos esses fatores, no sistema político brasileiro a filiação partidária de um candidato não se torna tão determinante para os eleitores, e isso abre espaço para que filiação religiosa, por outro lado, ganhe mais expressividade. Assim, no cenário político e eleitoral brasileiro, já foi visto a desconsideração da clivagem entre católicos e protestantes quando a temática do aborto foi colocada em debate – unindo ambos os grupos para lutarem contra a descriminalização, assim como a candidatura de Dilma Rousseff quando esta posicionou-se a favor do aborto – e também já ocorreu de protestantes e católicos se oporem quando colocados diante outras questões e candidatos.

Após a realização de dois experimentos no país, Amy Erica Smith e Taylor Boas puderam entender de maneira mais clara qual é a influência que a religião exerce no eleitorado brasileiro. O primeiro testou o efeito que candidatos “do clero” – que tem como profissão o ministério eclesiástico – e utilizam como nome eleitoral o título de sua liderança religiosa, por exemplo: Padre Júnior e Pastor Everaldo, exercem sobre os indivíduos. O resultado foi o seguinte: apesar do efeito positivo que esse tipo de candidatura exerce em evangélicos e protestantes, especialmente pentecostais, no geral esse tipo de apresentação causou um efeito negativo sobre a amostra analisada. Foi observado ainda que católicos praticantes tendem a se afastar desse tipo de candidatura, independente dos princípios cristãos semelhantes que o indivíduo e o candidato possam compartilhar.

O segundo experimento examinou a hipótese de que orientações vindas de líderes religiosos são um mecanismo que transforma a frequência em igrejas em uma variável que influencia o comportamento eleitoral. Ou seja, indivíduos que frequentam cultos e missas nos quais seus líderes religiosos expressam opiniões políticas, provavelmente utilizarão tais informações para pautarem seus votos. Esse teste apresentou o seguinte resultado: protestantes e evangélicos levam em consideração o direcionamento pastoral e o apoio que candidatos recebem de suas igrejas e pastores, porém *issues* como aborto, casamento homossexual, drogas, entre outras temáticas polêmicas, possuem maior importância na decisão eleitoral.

Para concluir, após todas as análises e os experimentos realizados, Taylor Boas e Amy Erica Smith trazem a reflexão de que “o crescente papel da religião nas eleições latino americanas é, na verdade, um desenvolvimento positivo” (BOAS, SMITH, 2015, pp.26), especialmente para o aperfeiçoamento da democracia, uma vez que contribui para o aumento da diversidade de representatividade e da dinamicidade democrática.

2.3. Barry Ames e Lucio Rennó – “PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010”

Barry Ames e Lucio Rennó iniciam seu texto apresentando o contexto eleitoral que serve de objeto de pesquisa para o artigo: as eleições presidenciais de 2010, nas quais o primeiro turno foi marcado por uma conjuntura política de instabilidade e incerteza principalmente para o Partido dos Trabalhadores e sua candidata, Dilma Rousseff. Esse cenário tem se apresentado como algo recorrente nas eleições brasileiras, pois se repetiu também em 2006 e isso pode, de acordo com os autores, significar um padrão determinante na disputa eleitoral no Brasil. Isso se dá devido à volatilidade das disputas eleitorais, nas quais os partidos possuem pouquíssima influência real sobre os eleitores, que acabam fundamentando suas escolhas de voto em acontecimentos específicos que envolvam o desempenho e a reputação dos candidatos e de seus partidos, como por exemplo escândalos de corrupção ou o desenvolvimento da economia do país durante o mandato do governante. Essa característica frágil dos partidos políticos, não conseguirem influenciar de maneira categórica o comportamento dos eleitores, é o fator que permite um cenário político instável como o experimentado nas eleições presidenciais de 2010, mas isso não é de todo negativo, pois essa situação eleitoral permite que os eleitores enxerguem além das campanhas partidárias e analisem de fato seus candidatos.

Assim, a partir de um banco de dados original e exclusivo, Rennó e Ames analisaram porquê a intenção de voto de grande parte dos eleitores se alterou durante o período eleitoral, entre um turno e outro. Para tal, os autores estabeleceram alguns fatores-chave com o propósito de facilitar a análise, são eles: “avaliação do desempenho do governo, percepções sobre corrupção como problema nacional e temas de cunho religioso, em particular ativados pela questão do aborto” (AMES, RENNÓ, 2014, pp. 5).

Ames e Rennó afirmam que cenário de instabilidade das eleições presidenciais de 2010 tinha como característica marcante a ambivalência atitudinal (de atitude), ou seja, a situação onde o eleitor se encontra “dividido” quanto a um candidato ou partido. Isso significa basicamente que um indivíduo não dispõe de posicionamentos firmes e

dominantes acerca de um candidato/partido, e além disso expressa concomitantemente impressões tanto positivas quanto negativas acerca do objeto em questão. Um eleitor pode amar um candidato por suas propostas sociais, por exemplo, e ao mesmo tempo odiá-lo por suas estratégias econômicas. É esse conflito interno de valores, opiniões e julgamentos – bastante distinto das já conhecidas incerteza e indiferença – que descreve o conceito ambivalência atitudinal introduzido pelos autores neste artigo, no entanto Ames e Rennó apontam para a necessidade de investigar e discernir se a instabilidade eleitoral que causou tanta alteração nas intenções de voto em 2012 foi resultado de comportamentos indiferentes e/incertos, ou se foi produto de uma ambivalência atitudinal acometeu os eleitores.

Aplicando esse conceito à dinâmica eleitoral brasileira, os autores destacam o dilema que a maioria dos eleitores experiencia envolvendo os candidatos com suas propostas e participações socialmente positivas, e ao mesmo tempo escândalos de corrupção em seus partidos ou os próprios candidatos. Esse conflito individual produz um comportamento ambivalente atitudinal dentro do ambiente eleitoral, que pode ainda ser enfatizado e agravado pela influência da mídia e as informações que os veículos de comunicação divulgam. Em 2010 foi exatamente esse o caso vivenciado pelo PT, acarretando estoicamente na situação inconstante e oscilante que disciplinou o partido e seus representantes, colocando-os no que Ames e Rennó chamaram de purgatório.

Esse tipo de situação requer dos eleitores um alto grau de conhecimento político e interesse informacional, para desenvolver uma estratégia de raciocínio que seja capaz de solucionar a questão de ambivalência e assim, votar de maneira coerente. Porém, apesar do cenário eleitoral negativo que a ambivalência atitudinal produz, os autores afirmam que também desenvolve uma espécie de estímulo ao eleitor para que ele busque mais abertura informacional. Isso ocorre também em relação a temas (*issues*), além de partidos e candidatos, e quanto a isso eles afirmam: “a maior saliência de um tema em um momento do processo eleitoral e de outro no momento seguinte motiva a oscilação na intenção de voto” (AMES, RENNÓ, 2014, pp. 9).

Apesar de toda a influência externa que indivíduos inseridos em cenários ambivalentes recebem, os autores apontam também para a importância de ressaltar que muitos elementos particulares exercem um papel determinante para esse tipo de comportamento. Preferências ideológicas, escolaridade, identidades partidárias e religiosas são exemplos de características individuais que possuem uma influência

massiva na prática eleitoral e na solução de ambivalências políticas. Para efeitos de pesquisa, Ames e Rennó determinam algumas hipóteses a serem testadas, misturando o conceito de ambivalência atitudinal e a situação política do pleito presidencial de 2010: 1) a identificação partidária a nível pessoal reduz a possibilidade de ambivalência, uma vez que eleitores que se identificam, por exemplo, com o PT apresentam um comportamento mais consolidado e não tendem a mudar de ideia em relação a seus votos; 2) eleitores satisfeitos com o desempenho econômico do Brasil durante o governo Lula demonstraram menor propensão à alteração da intenção de voto em 2010, permanecendo favoráveis ao PT e votando na então candidata Dilma Rousseff; 3) indivíduos com índices mais altos de escolaridade e que possuem mais conhecimento político são mais inclinados a mudar de opinião durante as campanhas eleitorais; 4) percepções e pareceres particulares acerca de temas específicos, como por exemplo corrupção e aborto, são mais propensos a produzir ambiguidades, que é completamente diferente de indiferença atitudinal.

Especificamente sobre as questões de corrupção e aborto, adotadas no artigo como exemplificação para facilitar as análises, uma vez que refletem muito bem a complexidade dos períodos eleitorais, e ainda de maneira especial o pleito presidencial de 2010. A percepção a respeito de corrupção entra como uma variável mais simples do que a questão do aborto, uma vez que eleitores que enxergam a corrupção como o principal problema dentro do governo nacional estão mais inclinados a mudar sua intenção de voto, abandonando candidatos que tenham tido algum tipo de envolvimento em escândalos de corrupção. Esse foi o caso em 2010 com diversos eleitores que, ao serem informados do financiamento da campanha de Dilma Rousseff com dinheiro do esquema de corrupção da Petrobrás, alteraram sua intenção de voto. Essa migração eleitoral favoreceu principalmente o candidato José Serra, seu principal adversário na corrida presidencial, que acabou recebendo grande parte dos votos originalmente direcionados ao PT.

Já na questão do aborto, a dinâmica atitudinal torna-se mais complexa, pois relaciona-se diretamente a valores e posicionamentos religiosos, não só da parte dos eleitores, mas também pelos próprios candidatos que se utilizam do cunho religioso da temática para mobilizar votos desse grupo específico de eleitores. Acredita-se que, em 2010, a candidata Dilma foi prejudicada por esse *issue* enquanto Marina Silva foi beneficiada, definitivamente devido à sua filiação religiosa (Marina Silva é membro da Assembleia de Deus, instituição protestante evangélica de denominação pentecostal). Ao

citar Simone Bohn (2004; 2007), Ames e Rennó trazem para a discussão a perspectiva da autora de que as clivagens religiosas de uma sociedade possuem efeito direto sobre suas eleições políticas. Essa ótica traz a hipótese de que nenhum candidato foi prejudicado ou beneficiado pela presença do *issue* aborto a agenda eleitoral, diferentemente o que ocorreu foi a ativação dos valores e julgamentos religiosos e isso direcionou os eleitores. Isso claramente provocou uma reação nos outros candidatos, Dilma e Serra, que prontamente buscaram alcançar também o público religioso, fazendo declarações de fé e aproximando-se de temáticas que são caras a essa audiência.

Analisando o banco de dados e as tabelas estatísticas, os autores se depararam com resultados que, em alguns momentos se distanciavam do esperado, enquanto em outros momentos correspondia às hipóteses propostas. Por exemplo, foi possível confirmar a hipótese de que os cidadãos mudaram suas intenções de voto ao final da disputa eleitoral, e que mais especificamente Serra perdeu grande parte de seu eleitorado para Dilma, além de obter mais eleitores do grupo de Marina do que Dilma. Ademais, Dilma perdeu votos para Marina e para Serra na mesma proporção e Marina arrecadou votos de maneira bastante expressiva, concordando com a viabilidade esperada. Esses resultados demonstraram que o purgatório eleitoral vivenciado pelo PT em 2010 foi uma situação muito mais complexa, onde não houveram apenas perdas e instabilidade, mas também muitos ganhos em direções não esperadas e a consolidação de novos candidatos.

Particularmente em relação à influência de filiação e prática religiosas no comportamento eleitoral, Barry Ames e Lucio Rennó puderam constatar que de fato evangélicos votaram mais em Marina, porém ao mesmo tempo católicos votaram mais em Serra. No entanto, indivíduos que frequentam cultos e igrejas nos quais os padres e pastores pregam sobre política votaram mais em Serra, fato esse que não era esperado pelos analistas. Dessa forma, no primeiro turno votantes religiosos, principalmente evangélicos e/ou consumidores de conteúdo evangélico em canais de televisão, eram categoricamente contra o aborto e isso desfavoreceu demasiadamente a candidatura de Dilma Rousseff. Porém, na reta final da campanha, o empenho de Dilma em se conectar ao público católico, participando de missas e se envolvendo com igrejas, rendeu à candidata os eleitores de Serra além de uma vantagem grande em relação à Marina. A conclusão final a respeito dessa questão foi a seguinte: não se pode afirmar indiscutivelmente que a religião produz um efeito homogêneo sobre o comportamento

eleitoral. A filiação religiosa é uma variável complexa que tem repercussões no voto do brasileiro, porém certamente não é algo previsível ou claro.

3. Metodologia e Análise de Dados

Um projeto de pesquisa tem como objetivo a determinação mais específica e detalhada do objeto da pesquisa, além de mapear de que forma será feito o trabalho. De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2013), uma pesquisa científica tem o uso de métodos científicos para abordar conhecimentos que vão além do senso comum. Segundo Antonio Carlos Gil, “a ciência pode ser caracterizada como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível” (GIL, 2008, pág. 21). Dessa maneira, a metodologia de um projeto de pesquisa tem como função delinear o processo científico para comprovar as hipóteses sugeridas no estudo e, conseqüentemente, responder à pergunta que desenvolve a problemática da pesquisa.

Assim, a metodologia descrita a seguir terá como objetivo delinear o processo científico para comprovação das hipóteses desenvolvidas posteriormente, bem como procurar responder à questão que direciona a temática da pesquisa: a religião importa no processo de escolha de voto, em um contexto de eleições políticas? Serão utilizadas mais de uma técnica de pesquisa, descritas a seguir, de maneira a realizar a triangulação desejada na metodologia, uma vez que a triangulação é definida como o “fundamento lógico para se utilizar várias fontes de evidências” (YIN, Robert K, 2005, pág. 120).

Inicialmente, uma revisão bibliográfica combinada com o estudo de textos, artigos e livros referentes ao assunto abordado será realizada. Autores como Simone Bohn, Amy Erica Smith, Barry Ames e Lúcio Rennó serão utilizados na revisão bibliográfica devido a trabalhos produzidos pelos autores que se apresentam bastante relevantes ao tema. Por exemplo, a autora Simone Bohn em seu artigo “Evangélicos no Brasil: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral” procura mapear a identidade do fiel evangélico brasileiro, de maneira a perceber quais as suas tendências políticas e assim poder identificar seu comportamento eleitoral. A leitura minuciosa e crítica de textos que abordam dessa temática irá configurar o embasamento teórico que será essencial para todo o desenvolvimento da pesquisa científica a ser realizada, uma vez que a partir de estudos prévios é que será construída a estrutura e elaborado o fundamento teórico para o restante da pesquisa.

Em seguida, a próxima etapa do processo será realizar a análise de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2014, a fim de verificar se a religião impactou as escolhas dos eleitores brasileiros para presidente. Os dados coletados nesse momento da pesquisa passarão por diversos cruzamentos, triangulações e análises, de maneira que possa ser percebidas possíveis relações entre variáveis e comportamentos. Além disso, serão analisadas as escolhas eleitorais para o cargo presidente da República nas eleições de 2010 e de 2014, levando em consideração várias como filiação religiosa e candidato votado.

O ESEB é uma pesquisa de opinião – *survey* – pós-eleitoral em parceria ao projeto internacional Comparative Study of Electoral Systems (CSES), gerenciado pela Universidade de Michigan e que segue . Realizado em território nacional através de entrevistas com milhares de eleitores, e possui como objetivo identificar determinantes de comportamento eleitoral e analisar esses comportamentos, suas motivações e explicações. Ou seja, o ESEB tem como foco principal “identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições eleitorais, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade ou qualidade do regime democrático” além de “compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos; compreender como cidadãos, vivendo sob distintos arranjos políticos, avaliam os processos políticos e as instituições democráticas” (Encarte Tendências ESEB 2010, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200010). Como resultado, o ESEB constrói um banco de dados estatísticos bastante completo, baseado em amostras representativas da população brasileira, que fornece ao cientista político, sociólogo, e etc, informações substanciais para realização de pesquisas e estudos.

As tabelas fornecidas pelo Brazilian Electoral Panel Study 2014 (BEPS), apresentam os dados a seguir. As tabelas foram construídas a partir de *surveys* realizados em dois momentos estratégicos, antes do primeiro turno (wave = 6) e entre o primeiro e segundo turnos (wave = 7). Assim, pode-se aferir a intenção de voto dos entrevistados em dois estágios distintos do pleito presidencial de 2014, possibilitando a análise das mudanças nos comportamentos eleitorais entre turnos e como isso se relaciona às filiações religiosas.

Para melhor compreensão dos dados tabelados, segue também a legenda analítica:

Key
Frequência
Porcentagem da linha
Porcentagem da coluna

Observando os dados obtidos e descritos na tabela 1.1, que apresenta a intenção de comportamento eleitoral dos católicos, percebemos que, dentre um total de 719 católicos entrevistados nesse *survey*, 346 (48,12%) manifestaram a intenção de votar na candidata Dilma Rousseff, enquanto 178 (24,76%) pronunciaram-se a favor de Aécio Neves, e apenas 97 (13,49%) em Marina Silva. Os demais candidatos obtiveram baixíssimas intenções de voto: 1 (0,14%) em Eduardo Jorge, 10 (1,39%) em Luciana Genro e nenhum indivíduo manifestou intenção de voto no candidato Pastor Everaldo (0,0%). Ao mesmo tempo, 17 (2,36%) demonstraram a intenção de votar branco ou nulo e 70 (9,74%) pretenderam se abster do direito de votar.

TABELA 1.1 Intenção de voto para o primeiro turno das eleições presidenciais de 2014: Católicos (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	169	346	515
	32,82	67,18	100,00
	37,14	48,12	43,87
Aécio Neves	96	178	274
	35,04	64,96	100,00
	21,10	24,76	23,34
Marina Silva	110	97	207
	53,14	46,86	100,00
	24,18	13,49	17,63
Pastor Everaldo	5	0	5
	100,00	0,00	100,00

	1,10	0,00	0,43
Eduardo Jorge	1 50,00 0,22	1 50,00 0,14	2 100,00 0,17
Luciana Genro	8 44,44 1,76	10 55,56 1,39	18 100,00 1,53
Nulo/Branco	16 48,48 3,52	17 51,52 2,36	33 100,00 2,81
Abstenção	50 41,67 10,99	70 58,33 9,74	120 100,00 10,22
TOTAL	455 38,76 100,00	719 61,24 100,00	1174 100,00 100,00

Já na tabela 1.2, na qual podemos identificar as intenções eleitorais dos evangélicos (pentecostais e neopentecostais), observamos a partir dos dados apresentados que, dentre um total de 248 evangélicos entrevistados, 93 (37,50%) expressaram a intenção de votar na candidata Dilma Rousseff, ao passo que 57 (22,98%) em Aécio Neves, e 70 (28,23%) em Marina Silva. Porém, 4 indivíduos manifestaram-se a favor do candidato Pastor Everaldo (1,61%), de um total de 5. Isso significa que 80% das intenções de voto neste candidato foram de evangélicos, e apenas 1 indivíduo que se posicionou-se a favor dele pertencia à outra religião. Os candidatos Eduardo Jorge e Luciana Genro não receberam intenção de voto (0,0%). Por fim, 6 (2,42%) apresentaram a intenção de votar branco ou nulo e 18 (7,26%) pretenderam se abster do voto.

TABELA 1.2 Intenção de voto para o primeiro turno das eleições presidenciais de 2014: Evangélicos (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	422	93	515

	81,94	18,06	100,00
	45,57	37,50	43,87
Aécio Neves	217	57	274
	79,20	20,80	100,00
	23,43	22,98	23,34
Marina Silva	137	70	207
	66,18	33,82	100,00
	14,79	28,23	17,63
Pastor Everaldo	1	4	5
	20,00	80,00	100,00
	0,11	1,61	0,43
Eduardo Jorge	2	0	2
	100,00	0,00	100,00
	0,22	0,00	0,17
Luciana Genro	18	0	18
	100,00	0,00	100,00
	1,94	0,00	1,53
Nulo/Branco	27	6	33
	81,82	18,18	100,00
	2,92	2,42	2,81
Abstenção	102	18	120
	85,00	15,00	100,00
	11,02	7,26	10,22
TOTAL	926	248	1174
	78,88	21,12	100,00
	100,00	100,00	100,00

A tabela 1.3 apresenta as intenções de votos de indivíduos protestantes (batistas, presbiterianos, metodistas, etc.). Observando os dados descritos abaixo, podemos verificar que, dentre um total de 44 protestantes entrevistados, 14 (31,82%) indivíduos manifestaram a intenção de votar na candidata Dilma Rousseff, enquanto 8 (18,18%) posicionaram-se a favor Aécio Neves e 13 (29,55%) expressaram a intenção de votar em Marina Silva. Os candidatos Pastor Everaldo, Eduardo Jorge e Luciana Genro obtiveram

baixíssima aprovação, sendo 1 (2,27%) para o Pastor Everaldo, 0 (0,00%) para Eduardo Jorge, 1 (2,27%) para Luciana Genro. Ao mesmo tempo, 2 (4,55%) protestantes apresentaram a intenção de votar branco ou nulo e 5 (11,36%) manifestaram a intenção de se abster do voto.

TABELA 1.3 Intenção de voto para o primeiro turno das eleições presidenciais de 2014: Protestantes (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	501 97,28 44,34	14 2,72 31,82	515 100,00 43,87
Aécio Neves	266 97,08 23,54	8 2,92 18,18	274 100,00 23,34
Marina Silva	194 93,72 17,17	13 6,28 29,55	207 100,00 17,63
Pastor Everaldo	4 80,00 0,35	1 20,00 2,27	5 100,00 0,43
Eduardo Jorge	2 100,00 0,18	0 0,00 0,00	2 100,00 0,17
Luciana Genro	17 94,44 1,50	1 5,56 2,27	18 100,00 1,53
Nulo/Branco	31 93,94 2,74	2 6,06 4,55	33 100,00 2,81
Abstenção	115 95,83 10,18	5 4,17 11,36	120 100,00 10,22

TOTAL	1130	44	1174
	96,25	3,75	100,00
	100,00	100,00	100,00

Analisando os dados obtidos e descritos na tabela 1.4, que aponta a intenção de voto de espíritas, podemos constatar que, dentre um total de 32 espíritas entrevistados, 11 (34,38%) apresentaram a intenção de votar na candidata Dilma Rousseff, ao passo que 6 (18,75%) manifestaram-se em direção a Aécio Neves e 5 (15,62%) posicionaram-se a favor de Marina Silva. Nenhum indivíduo manifestou intenção de voto no Pastor Everaldo, enquanto 1 (3,12%) se apresentaram a intenção de votar em Eduardo Jorge e igualmente 1 (3,12%) em Luciana Genro. Ao mesmo tempo, apenas 1 (3,12%) indivíduo expressou a intenção de votar branco ou nulo e 7 (21,88%) afirmaram possuir a intenção de se abster do voto.

TABELA 1.4 Intenção de voto para o primeiro turno das eleições presidenciais de 2014: Espíritas (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	504	11	515
	97,86	2,14	100,00
	44,13	34,38	43,87
Aécio Neves	268	6	274
	97,81	2,19	100,00
	23,47	18,75	23,34
Marina Silva	202	5	207
	97,58	2,42	100,00
	17,69	15,62	17,63
Pastor Everaldo	5	0	5
	100,00	0,00	100,00
	0,44	0,00	0,43
Eduardo Jorge	1	1	2
	50,00	50,00	100,00
	0,09	3,12	0,17

Luciana Genro	17	1	18
	94,44	5,56	100,00
	1,49	3,12	1,53
Nulo/Branco	32	1	33
	96,97	3,03	100,00
	2,80	3,12	2,81
Abstenção	113	7	120
	94,17	5,83	100,00
	9,89	21,88	10,22
TOTAL	1142	32	1174
	97,27	2,73	100,00
	100,00	100,00	100,00

A tabela 1.5 indica as intenções de voto dos eleitores ateus. Analisando esses dados, constatamos que, dentre um total de 94 ateus entrevistados, a maioria expressou intenção de voto para Dilma Rousseff, totalizando 33 (35,11%). Enquanto isso, 18 (19,15%) ateus manifestaram intenção de voto para Aécio Neves, e 16 (17,02%) para Marina Silva. Nenhum indivíduo expressou intenção de voto para o Pastor Everaldo e para Eduardo Jorge, e apenas 6 (6,38%) se posicionaram a favor de Luciana Genro. Por fim, 6 (6,38%) ateus apresentaram a intenção de votar branco ou nulo e 15 (15,96%) pretenderam se abster do voto.

TABELA 1.5 Intenção de voto para o primeiro turno das eleições presidenciais de 2014: Ateus (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	482	33	515
	93,59	6,41	100,00
	44,63	35,11	43,87
Aécio Neves	256	18	274
	93,43	6,57	100,00
	23,70	19,15	23,34
Marina Silva	191	16	207

	92,27	7,73	100,00
	17,69	17,02	17,63
Pastor Everaldo	5	0	5
	100,00	0,00	100,00
	0,46	0,00	0,43
Eduardo Jorge	2	0	2
	100,00	0,00	100,00
	0,19	0,00	0,17
Luciana Genro	12	6	18
	66,67	33,33	100,00
	1,11	6,38	1,53
Nulo/Branco	27	6	33
	81,82	18,18	100,00
	2,50	6,38	2,81
Abstenção	105	15	120
	87,50	12,50	100,00
	9,72	15,96	10,22
TOTAL	1080	94	1174
	91,99	8,01	100,00
	100,00	100,00	100,00

Avançando para as intenções de voto para o segundo turno dos pleitos presidenciais de 2014, percebemos na tabela 2.1 que, dentre um total de 682 católicos entrevistados quanto à sua intenção de voto para o segundo turno, 366 (53,67%), ou seja mais da metade, apresentaram a intenção de votar na candidata Dilma Rousseff no segundo turno, enquanto 287 (42,08%) manifestaram-se a favor de Aécio Neves. O restante dos eleitores dividiu-se da seguinte maneira: 16 (2,35%) possuíam a intenção de votar branco ou nulo e 13 (1,91%) pretenderam se abster do voto.

TABELA 2.1 Intenção de voto para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Católicos (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	

Dilma Rousseff	185	366	551
	33,58	66,42	100,00
	43,84	53,67	49,91
Aécio Neves	199	287	486
	40,95	59,05	100,00
	47,16	42,08	44,02
Nulo/Branco	22	16	38
	57,89	42,11	100,00
	5,21	2,35	3,44
Abstenção	16	13	29
	55,17	44,83	100,00
	3,79	1,91	2,63
TOTAL	422	682	1104
	38,22	61,78	100,00
	100,00	100,00	100,00

Na tabela 2.2, na qual é possível verificar a intenção de voto dos eleitores evangélicos, percebemos que, dentre um total de 230 evangélicos entrevistados para o segundo turno, 94 (40,87%) manifestaram a intenção de votar na candidata Dilma Rousseff enquanto 116 (50,43%) expressaram seu apoio à Aécio Neves. O restante dos candidatos dividiu-se da seguinte maneira: 11 (4,78%) apresentaram a intenção de votar branco ou nulo e 9 (%) pretenderam se abster do voto.

TABELA 2.2 Intenção de voto para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Evangélicos (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	457	94	551
	82,94	17,06	100,00
	52,29	40,87	49,91
Aécio Neves	370	116	486
	76,13	23,87	100,00
	42,33	50,43	44,02

Nulo/Branco	27	11	38
	71,05	28,95	100,00
	3,09	4,78	3,44
Abstenção	20	9	29
	68,97	31,03	100,00
	2,29	3,91	2,63
TOTAL	874	230	1104
	79,17	20,83	100,00
	100,00	100,00	100,00

Analisando os dados obtidos e descritos na tabela 2.3, podemos perceber que, dentre um total de 39 protestantes entrevistados, 15 (38,46%) apresentaram a intenção de votar na candidata Dilma Rousseff no segundo turno, enquanto 20 (51,28%) indivíduos, configurando a maioria deste grupo, manifestou a intenção de votar em Aécio Neves. O restante dos candidatos dividiu-se da seguinte maneira: 4 (10,26%) possuíam a intenção de votar branco ou nulo e 0 (0,00%) pretendiam se abster do voto.

TABELA 2.3 Intenção de voto para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Protestantes (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	536	15	551
	97,28	2,72	100,00
	50,33	38,46	49,91
Aécio Neves	466	20	486
	95,88	4,12	100,00
	43,76	51,28	44,02
Nulo/Branco	34	4	38
	89,47	10,53	100,00
	3,19	10,26	3,44
Abstenção	29	0	29
	100,00	0,00	100,00
	2,72	0,00	2,63

TOTAL	1065	39	1104
	96,47	3,53	100,00
	100,00	100,00	100,00

Já na tabela 2.4, na qual podemos identificar a intenção de voto dos eleitores filiados ao espiritismo verifica-se que, dentre um total de 27 espíritas entrevistados, mais da metade, especificamente 16 (59,26%) indivíduos, apresentaram a intenção de votar na candidata Dilma Rousseff no segundo turno, enquanto 10 (37,04%) manifestaram sua intenção de votar no candidato concorrente Aécio Neves. O restante dos eleitores entrevistados, 1 (3,70%), pretendiam se abster do voto, e não houveram intenções de votar branco ou nulo.

TABELA 2.4 Intenção de voto para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Espíritas (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	535 97,10 49,68	16 2,90 59,26	551 100,00 49,91
Aécio Neves	476 97,94 44,20	10 2,06 37,04	486 100,00 44,02
Nulo/Branco	38 100,00 3,53	0 0,00 0,00	38 100,00 3,44
Abstenção	28 96,55 2,60	1 3,45 3,70	29 100,00 2,63
TOTAL	1077 97,55 100,00	27 2,45 100,00	1104 100,00 100,00

Analisando os dados obtidos e descritos na tabela 2.5, que apresenta a intenção de voto dos ateus, percebemos que, dentre um total de 89 entrevistados, 41 (46,07%) destes manifestou a intenção de votar na candidata Dilma Rousseff no segundo turno, ao passo que 39 (43,82%) deles posicionou-se a favor de Aécio Neves. O restante dos ateus entrevistados dividiu-se da seguinte maneira: 5 (5,62%) deles possuíram a intenção de votar branco ou nulo e 4 (13,79%) pretenderam se abster do voto.

TABELA 2.5 Intenção de voto para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Ateus (wave = 6, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	510	41	551
	92,56	7,44	100,00
	50,25	46,07	49,91
Aécio Neves	447	39	486
	91,98	8,02	100,00
	44,04	43,82	44,02
Nulo/Branco	33	5	38
	86,84	13,16	100,00
	3,25	5,62	3,44
Abstenção	25	4	29
	86,21	13,79	100,00
	2,46	4,49	2,63
TOTAL	1015	89	1104
	91,94	8,06	100,00
	100,00	100,00	100,00

A tabela 3.1 indica o comportamento eleitoral de fato dos eleitores católicos, ou seja, em qual candidato os entrevistados realmente votaram. Analisando os dados descritos nessa tabela percebemos que, dentre um total de 587 católicos entrevistados, 347 (59,11%) destes votaram realmente na candidata Dilma Rousseff no segundo turno, enquanto apenas 161 (27,43%) votaram em Aécio Neves. O restante dos católicos

entrevistados dividiram-se em 12 (2,04%) que votaram branco ou nulo e 67 (11,41%) que se abstiveram do voto.

TABELA 3.1 Voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Católicos
(wave = 7, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	200	347	547
	36,56	63,44	100,00
	51,95	59,11	56,28
Aécio Neves	119	161	280
	42,50	57,50	100,00
	30,91	27,43	28,81
Nulo/Branco	11	12	23
	47,83	52,17	100,00
	2,86	2,04	2,37
Abstenção	55	67	122
	45,08	54,92	100,00
	14,29	11,41	12,55
TOTAL	385	587	972
	39,61	60,39	100,00
	100,00	100,00	100,00

Já na tabela 3.2, na qual os dados descrevem o comportamento eleitoral dos evangélicos identificamos que, dentre um total de 227 evangélicos entrevistados, 114 (50,22%) votaram na candidata Dilma Rousseff no segundo turno, enquanto 77 (33,92%) votaram em Aécio Neves. Por fim, 7 (3,08%) desses eleitores votaram branco ou nulo e 29 (12,78%) se abstiveram do voto.

TABELA 3.2 Voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Evangélicos
(wave = 7, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	

Dilma Rousseff	433	114	547
	79,16	20,84	100,00
	58,12	50,22	56,28
Aécio Neves	203	77	280
	72,50	27,50	100,00
	27,25	33,92	28,81
Nulo/Branco	16	7	23
	69,57	30,43	100,00
	2,15	3,08	2,37
Abstenção	93	29	122
	76,23	23,77	100,00
	12,48	12,78	12,55
TOTAL	745	227	972
	76,65	23,35	100,00
	100,00	100,00	100,00

Analisando os dados obtidos e descritos na tabela 3.3 identificamos o seguinte comportamento eleitoral para os eleitores protestantes: dentre um total de 29 protestantes entrevistados, 18 (62,07%) votaram na candidata Dilma Rousseff no segundo turno e 9 (31,03%) votaram em Aécio Neves. Nenhum eleitor protestante votou branco ou nulo, ao passo que 2 (6,90%) se abstiveram do voto.

TABELA 3.3 Voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Protestantes (wave = 7, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	529	18	547
	96,71	3,29	100,00
	56,10	62,07	56,28
Aécio Neves	271	9	280
	96,79	3,21	100,00
	28,74	31,03	28,81
Nulo/Branco	23	0	23

	100,00	0,00	100,00
	2,44	0,00	2,37
Abstenção	120	2	122
	98,36	1,64	100,00
	12,73	6,90	12,55
TOTAL	943	29	972
	97,02	2,98	100,00
	100,00	100,00	100,00

A tabela 3.4 apresenta os dados referentes ao votos de eleitores espíritas e indica que, dentre um total de 33 espíritas entrevistados, 18 (54,55%) votaram na candidata Dilma Rousseff no segundo turno, enquanto 10 (30,30%) votaram em Aécio Neves. Apenas 1 (3,03%) eleitor votou branco ou nulo e 4 (12,12%) se abstiveram do voto.

TABELA 3.4 Voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Espíritas (wave = 7, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	529	18	547
	96,71	3,29	100,00
	56,34	54,55	56,28
Aécio Neves	270	10	280
	96,43	3,57	100,00
	28,75	30,30	28,81
Nulo/Branco	22	1	23
	95,65	4,35	100,00
	2,34	3,03	2,37
Abstenção	118	4	122
	96,72	3,28	100,00
	12,57	12,12	12,55
TOTAL	939	33	972
	96,60	3,40	100,00
	100,00	100,00	100,00

Para finalizar, analisando os dados obtidos e descritos na tabela 3.1, que se refere ao comportamento eleitoral dos eleitores ateus podemos perceber que, dentre um total de 66 ateus entrevistados, 34 (51,52%) votaram na candidata Dilma Rousseff no segundo turno e 15 (22,73%) em Aécio Neves. O restante dos eleitores votaram da seguinte maneira: 2 (3,03%) eleitores votaram branco ou nulo e 15 (22,73%) se abstiveram do voto.

TABELA 3.5 Voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Ateus (wave = 7, r col)

Candidatos	Filiação Religiosa		TOTAL
	0	1	
Dilma Rousseff	513 93,78 56,62	34 6,22 51,52	547 100,00 56,28
Aécio Neves	265 94,64 29,25	15 5,36 22,73	280 100,00 28,81
Nulo/Branco	21 91,30 2,32	2 8,70 3,03	23 100,00 2,37
Abstenção	107 87,70 11,81	15 12,30 22,73	122 100,00 12,55
TOTAL	906 93,21 100,00	66 6,79 100,00	972 100,00 100,00

A seguir algumas tabelas, desenvolvidas a partir das tabelas anteriores, que apresentam a o índice de correlação do comportamento eleitoral de cada filiação religiosa, ou seja, o quanto cada grupo religioso modificou sua intenção de voto do segundo turno e seu voto final ao longo de processo eleitoral. Quanto mais próximo de 1,00 estiver o índice de correlação, menos alterações o comportamento em questão sofreu. Dos eleitores

entrevistados, os espíritas foram os mais estáveis apresentando um índice de correlação de 0,990724, seguidos pelos católicos com um índice de 0,97454.

Tabela 1. Índice de Correlação entre a intenção de voto no segundo turno e o voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Católicos

Católicos	Intenção de voto	Voto
Dilma	366	347
Aécio	287	161
N/B	16	12
Abstenção	13	67
Total	682	587
Correlação		0,97454

Tabela 2. Índice de Correlação entre a intenção de voto no segundo turno e o voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Evangélicos

Evangélicos	Intenção de voto	Voto
Dilma	94	114
Aécio	116	77
N/B	11	7
Abstenção	9	29
Total	230	227
Correlação		0,964044

Tabela 3. Índice de Correlação entre a intenção de voto no segundo turno e o voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Protestantes

Protestantes	Intenção de voto	Voto
Dilma	15	18
Aécio	20	9
N/B	4	0
Abstenção	0	2
Total	39	29
Correlação		0,915483

Tabela 4. Índice de Correlação entre a intenção de voto no segundo turno e o voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Espíritas

Espíritas	Intenção de voto	Voto
Dilma	16	18
Aécio	10	10
N/B	0	1
Abstenção	1	4
Total	27	33
Correlação		0,990724

Tabela 5. Índice de Correlação entre a intenção de voto no segundo turno e o voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014: Ateus

Ateus	Intenção de voto	Voto
Dilma	41	34
Aécio	39	15
N/B	5	2
Abstenção	4	15
Total	89	66
Correlação		0,931514

4. Conclusão

Após a observação e interpretação dos dados fornecidos pelos ESEB2014 a respeito do pleito presidencial brasileiro do ano referente, é possível identificar alguns comportamentos característicos em cada uma das filiações religiosas, que são interessantes para a discussão proposta aqui. Em primeiro lugar, os entrevistados católicos mantiveram ao longo dos dois turnos um posicionamento bastante sólido e constante, apenas aumentando paulatinamente em direção à sua candidata preferida Dilma Rousseff. No primeiro turno, 48,12% dos católicos pretendiam votar em Dilma, no segundo turno essa porcentagem aumentou para 53,67%, finalizando com o voto de fato no segundo turno, com 59,11% de eleitores católicos. Espíritas e ateus também apresentaram um comportamento eleitoral bastante uniforme, preferindo a candidata Dilma e ambos os turnos, inclusive no momento efetivo de votação.

No entanto, nem todos os indivíduos de outras religiões comportaram-se de maneira tão estável. Por exemplo, evangélicos pentecostais e neopentecostais e os demais protestantes mostraram algumas alterações em suas opções eleitorais ao longo do processo de escolha presidencial. No primeiro turno, tanto evangélicos quanto protestantes manifestaram preferências bastante acirradas entre Dilma (evangélicos: 37,50%; protestantes: 31,82%) e Marina Silva (evangélicos: 28,23%; protestantes: 29,55%), e expressaram-se ainda positivamente em relação à candidatura do Pastor Everaldo – confirmando as expectativas de alguns estudiosos que apostaram na reação positiva desses grupos específicos, apesar das reações negativas do restante dos eleitores frente a esse tipo de candidatura (Amy Erica Smith e Taylor Boas, 2015).

Porém, no segundo turno tanto evangélicos quanto protestantes alteraram suas intenções de voto drasticamente, migrando da candidata Dilma para seu concorrente psdbista: 50,43% dos evangélicos demonstraram intenção de votar em Aécio Neves, contra 40,87% que preferiram Dilma; e 51,28% dos protestantes manifestaram intenção de votar em Aécio, enquanto apenas 38,46% colocaram-se a favor da candidata petista. Entretanto, após o segundo turno foi realizada uma nova entrevista e pode-se constatar que tanto evangélicos quanto protestantes retornaram à sua intenção eleitoral do primeiro turno, votando de fato na candidata Dilma Rousseff em detrimento de Aécio Neves (50,22% de evangélicos e 62,07% de protestantes).

Além disso, também foi possível identificar no comportamento de espíritas e católicos uma estabilidade e constância maiores do que nas outras filiações religiosas. Os indivíduos desses grupos religiosos mantiveram-se firmemente direcionados para seu candidato de preferência desde o primeiro turno – o que nos dois casos sucedeu de ser a candidata petista Dilma Rousseff – e não acompanharam as mudanças comportamentais dos evangélicos e dos protestantes.

Ao final de todo o processo eleitoral, percebemos claramente a preferência de absolutamente todos os grupos entrevistados – católicos, evangélicos, protestantes, espíritas e ateus – pela candidatura de Dilma, estendendo assim o governo petista por mais quatro anos. Tal resultado final poderia levar-nos a conclusão de que a religião não tem nenhum tipo de influência sobre a escolha eleitoral dos indivíduos, afinal todos os grupos religiosos votaram no mesmo partido e na mesma candidata. Porém, acredito que isso não se aplica, uma vez que durante o desenvolvimento do período eleitoral diversos comportamentos específicos tomaram lugar.

Por exemplo, no primeiro turno, evangélicos e protestantes, mas principalmente os primeiros, reagiram massivamente à candidatura do Pastor Everaldo, como já mencionado aqui. Essa resposta tão positiva contrasta de maneira oposta à reação de todas as outras filiações, que não concederam nenhum voto à esse candidato. Isso demonstra que a filiação religiosa exerce algum impacto sobre o comportamento eleitoral dos indivíduos. Amy Erica Smith e Taylor Boas afirmam em seu texto “*Religion and The Latin American Voter*” que, após realizar experimentos a respeito do efeito que candidatos “do clero” possuem nos indivíduos, tanto evangélicos quanto protestantes reagem de maneira positiva a esse tipo de candidatura (SMITH, BOAS, 2015). Além disso, no primeiro turno evangélicos e protestantes manifestaram alta intenção de voto em direção da candidata Marina Silva, ultrapassando suas intenções de voto para Aécio Neves naquele momento e colocando-a em segundo lugar na ordem de preferência eleitoral desses grupos. Esse comportamento não foi percebido em nenhuma outra ordem religiosa, e pode ser relacionado ao fato de que Marina declarou sua religião pessoal desde o início da corrida presidencial.

Dessa maneira, após a revisão bibliográfica e análise de dados aqui apresentadas, que tiveram como objetivo pesquisar e fundamentar este trabalho, podemos retornar à hipótese proposta na introdução: a filiação religiosa de cada eleitor influencia o comportamento eleitoral dos indivíduos, especificamente no contexto de pleito eleitoral

presidencial de 2014. Partindo das conclusões apresentadas nesta sessão, pode-se afirmar que a hipótese central desta pesquisa foi, até certo ponto, validada. Foi possível perceber que a religião influenciou sim o comportamento eleitoral do indivíduos em 2014, porém esse papel só pode ser relacionado à algumas religiões específicas: a evangélica e a protestante. Os indivíduos entrevistados que se identificaram com outras religiões não apresentaram atitudes que se destacassem quanto à esse fator, limitando o efeito religião/voto.

Por último, em virtude dos resultados encontrados e do desfecho percebido para a hipótese, acredito que seja necessário estudar mais profundamente a relação existente entre religião e comportamento eleitoral, principalmente para compreender o porquê dessa relação apresentar-se de maneira tão característica para algumas religiões, enquanto que para outras quase não existe efeito perceptível. Quais são os elementos pertencentes à tais doutrinas religiosas que exercem influência política sobre seus filiados? Essa e outras perguntas surgem ao encarar pesquisas que tratam desta temática, e assim como afirmou Amy Erica Smith e Taylor Boas, “a religião é profundamente e inerentemente política” (BOAS, SMITH, 2015, pp. 1), e por isso o relacionamento entre ambas deve ser estudado e explorado ao máximo.

Bibliografia

AMES, Barry; RENNÓ, Lucio. “PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010”. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 20, nº 1, abril, 2014, p. 1-25.

Amy Erica Smith. Informações pessoais e lista de publicações: <http://americasmith.org/>

ARISTÓTELES, Política, I, 1252a e 1252b, 13-4

Assembleia de Deus. Disponível em: <http://assembleia.org.br/>

AURÉLIO, Daniel Rodrigues. “O Animal Político”. S/d. Disponível em: <http://filosofia.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/23/o-animal-politico-para-aristoteles-o-homem-e-um-178984-1.asp>

Barry Ames – Informações pessoais. Disponível em: <http://www.polisci.pitt.edu/person/barry-ames>

BELÉM, Euler de França. “Revista Veja revela que campanha de Dilma Rousseff em 2010 pediu dinheiro da corrupção na Petrobrás”. Jornal Opção, s/d. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/revista-veja-revela-que-campanha-de-dilma-rousseff-em-2010-pediu-dinheiro-da-corrupcao-na-petrobras-16220/>

BOHN, Simone. 2004. “Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral”. Revista Opinião Pública, Campinas, Vol. X, nº 2, p. 288-338.

BOHN, Simone. 2007. “Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006).” Opinião Pública, vol.13, nº2, p.366-387.

BOHN, Simone. 2014. "Religião e Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras (2002-2010). In: *Voto para Presidente no Brasil*. Robert Bonifácio, Gabriel Casalecchi e Cleber de Deus. Editora Ithala.

Calendário eleitoral 2014. Disponível em: <http://www.eleicoes2014.com.br/calendario-eleitoral/>

Comparative Study of Electoral Systems (CSES). Disponível em: <http://www.cses.org/>

Encarte Tendências ESEB 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200010

ESEB. Disponível em: http://www.ipo.inf.br/index.php/tipos_pesquisa/social.html

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lucio Rennó – Curriculum Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4763218J3>

Miller, W. L. e Niemi, R. G. 2002. "Voting, Choice, Conditioning and Constraint". In: *Comparing Democracies 2*. Editora SAGE Publications Ltd.

Minayo, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 32ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

RANGEL, Rodrigo. “Campanha de Dilma em 2010 pediu dinheiro ao esquema do 'petrolão'”. Revista Veja, 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/campanha-de-dilma-em-2010-pediu-dinheiro-ao-esquema-do-petrolao/>

Reforma Protestante. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reforma_Protestante

Simone Bohn – Informações pessoais. Disponível em: <http://people.laps.yorku.ca/people.nsf/researcherprofile?readform&shortname=sbohn>

SMITH, Amy Erica; BOAS, Taylor. 2015. “Religion and the Latin American Voter”. In *The Latin American Voter*, eds. Ryan Carlin, Matthew Singer, and Liz Zechmeister. University of Michigan Press.

SOUSA, Bertone de Oliveira. “A Reforma Protestante e A Modernidade”. 2014. Disponível em: <https://bertonesousa.wordpress.com/2014/03/04/a-reforma-protestante-e-a-modernidade/>

SURIAN, Thiago. A Reforma e A Separação Entre Igreja e Estado. 2013. Disponível em: <https://thiagosurian.wordpress.com/2013/04/12/a-reforma-e-a-separacao-entre-igreja-e-estado/>